



Guaratinguetá, 24 de fevereiro de 2025.

Ofício C. nº 011/2025

VETO TOTAL ao Projeto de Lei Legislativo nº 0007/2025, que dispõe sobre a criação das Paralimpíadas Escolares Municipais no Município da Estância Turística de Guaratinguetá e dá outras providências.

Excelentíssima Senhora Presidente,

Este Executivo Municipal, ao acusar o recebimento do ofício P-0001/0076-2025, encaminhando o Projeto de Lei Legislativo nº 0007/2025, de autoria dos Vereadores Ferri da Rocinha e Nilo Silva, que dispõe sobre a criação das Paralimpíadas Escolares Municipais no Município da Estância Turística de Guaratinguetá e dá outras providências, nesta oportunidade, informa a Vossa Excelência, ter apostado **VETO TOTAL** à referida propositura.

Cumprir comunicar-lhes que, na forma da Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Guaratinguetá, considerando no todo inconstitucional, decido **VETAR INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei Legislativo nº 0007-2025, de autoria dos Nobres Vereadores Ferri da Rocinha e Nilo Silva, que dispõe sobre a criação da Paralimpíadas Escolares Municipais no Município da Estância Turística de Guaratinguetá e dá outras providências.

Em que pese a louvável iniciativa dos vereadores autores do Projeto em pauta, em pretender que o Município crie as Paralimpíadas Escolares Municipais, propositura que busca ter por escopo o cumprimento de ditames constitucionais relativos a direitos sociais, bem como o estímulo a prática de esportes por crianças e adolescentes portadores de deficiência, **RESOLVO PELO VETO TOTAL AO REFERIDO PROJETO DE LEI**, em razão de sofrer de vício formal de iniciativa, violando o Princípio da Separação dos Poderes, sendo, portanto, inconstitucional, assim como ilegal por ser contrário a Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Guaratinguetá, já que a função legislativa da Câmara de Vereadores é, notadamente, típica e ampla, porém residual, não podendo atingir matérias que não lhe foram reservadas expressamente, cabendo privativamente, à iniciativa do Chefe do Poder Executivo.





Ofício C. n° 011/2025 – continuação.

-2-

Note-se que o art. 6° da Lei Orgânica Municipal, traz aquilo que compete, ao Município, de forma privativa, por seu turno, quanto as atribuições da Câmara, em seu artigo 18, diz que compete-lhe “legislar sobre assuntos de interesse local, observadas as determinações e a hierarquia constitucional, suplementar a Legislação Federal e Estadual...”

No caso em tela, verifica-se a existência de vício formal subjetivo nos dispositivos inseridos no Projeto de Lei, isso na medida em que estabelece evento anual a ser realizado pela Prefeitura, por meio de sua Secretaria Municipal da Educação em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes, cujos critérios de participação aos alunos interessados foram ali estabelecidos; e mais, nota-se, dada a natureza do evento, a premente necessidade, caso seja assim aprovado, de formação especial da equipe responsável pelo evento, sendo matéria essa adstrita à competência reservada do Chefe do Poder Executivo, desaguando no campo da gestão administrativa, existindo, assim, a rigor, ofensa ao disposto nos artigos 24, § 2º, e 47 da Constituição do Estado de São Paulo.

E mais, tais diretrizes estão inclusive em descompasso com o Tema 917 do Supremo Tribunal Federal de Repercussão Geral e relacionado ao ARE 878911, que assim fixou: “não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, “a”, “c” e “e”, da Constituição Federal)”

Trata-se de evento esportivo a ser realizado nas escolas municipais anualmente, incompatível, portanto, com o princípio da Reserva da Administração, cuja iniciativa é própria do Chefe do Poder Executivo, isso por criar obrigações e delimitar a forma e o modo de agir da Administração Pública, mais propriamente pela Secretaria Municipal de Educação, revelando-se, em tais aspectos, inconstitucional por confronto ao disposto nos artigos 5º, 47, II, XIV e XIX, “a”, da Constituição do Estado de São Paulo.





Ofício C. nº 011/2025 – continuação.

-3-

Nesse sentido, convém colacionar precedentes de nosso Tribunal de Justiça de São Paulo sobre o tema:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 11.226, de 1º de dezembro de 2015, de iniciativa parlamentar, que dispôs sobre a instituição da “Campanha Permanente de Incentivo à Prática de Esportes Olímpicos e Paralímpico” e dá outras providências – **Violação aos artigos 5º, 24, §2º, 2, 47, II, XIV e XIX cumulados com o art. 144, todos da Constituição Estadual Lei de iniciativa parlamentar que invadiu a competência legislativa do Chefe do Poder Executivo, ofendendo o princípio da separação dos poderes e, bem assim, a esfera da gestão administrativa**
Precedentes – Ação procedente (TJSP, ADI nº 2003936-43.2016.8.26.0000, Relator Des. Salles Rossi, data do julgamento: 27/4/2016, g.n.)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 6.456, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023, QUE AUTORIZA A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INCLUSÃO ESCOLAR “ABA” PARA CRIANÇAS COM AUTISMO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CATANDUVA VIOLAÇÃO À INDEPENDÊNCIA E HARMONIA DOS PODERES INVASÃO DE MATÉRIA RESERVADA À ADMINISTRAÇÃO. (...) 2. Lei que invade a esfera administrativa dizendo qual órgão do Poder Executivo ficará incumbido de realizar parcerias com faculdades, associações e instituições para capacitação de profissionais de diversas áreas, dispondo





sobre a forma como se dará a participação dessas entidades, retirando do Executivo o poder de escolha e decisão, em clara ofensa à separação dos Poderes. **Intrusão em atos de gestão e gerência de políticas públicas. Ofensa à Reserva da Administração (art. 47, II e XIV, da CE).** Precedentes. Ação direta de inconstitucionalidade procedente. (...)

Mas não é só. O parágrafo 1º, do art. 1º, da referida lei, embora se valendo da expressão poderá, acaba por invadir a esfera administrativa dizendo qual o órgão do Poder Executivo (Secretaria de Educação) ficará incumbido de realizar parcerias com faculdades, associações e instituições para capacitação de profissionais de diversas áreas, dispondo sobre a forma como se dará a participação dessas entidades (equipe multidisciplinar especializada), retirando do Executivo o poder de escolha e decisão, em clara ofensa à separação dos Poderes (TJSP, ADI nº 234765033.2023.8.26.0000, Relator Des. Décio Notarangeli, data do julgamento: 21/8/2024, g.n.).

Assim, o Projeto de Lei em destaque, que institui as Paraolimpíadas Escolares, no âmbito do Município, por apresentar inconstitucionalidade formal em sua origem, já que instituiu medida atinente a atribuições administrativas típicas do executivo; que se perfaz em alusão específica ao artigo 61, inciso II, alínea “b” da Constituição Federal de 1988, vício insanável e ofensa, como se viu, ao princípio da Reserva da Administração, que “impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência





Ofício C. nº 011/2025 – continuação.

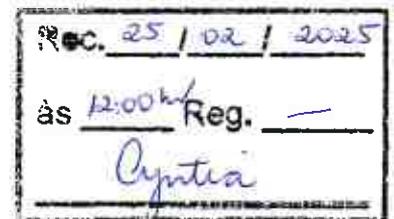
-5-

administrativa do Poder Executivo, diante da divisão funcional dos poderes e consequente vedação da chamada *ultra vires legislatoris*”, com a máxima vênia, há que ser vetado em sua integralidade.

Por todo o exposto, estamos diante de um Projeto de Lei eivado de inconstitucionalidade, pelo que, apresentamos nosso **VETO TOTAL**.

Neste ensejo, renova a Vossa Excelência e Nobres Vereadores as considerações de alto apreço.


ANTONIO GILBERTO FILIPPO FERNANDES JUNIOR
Prefeito Municipal



A Sua Excelência a Senhora
ROSALICE GALVÃO FILIPPO FERNANDES
Presidente da Câmara Municipal de
Guaratinguetá/SP

Seção de Secretaria e Expediente – JASA/am

